

EVIDENCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DOS ATIVOS INTANGÍVEIS EM EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO

DISCLOSURE OF INTANGIBLE ASSETS INFORMATION IN BRAZILIAN TRADED COMPANIES

Sady Mazzioni¹; Daniela Di Domenico²; Hevelyn Nunes Bedin³

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Contábeis e Administração- PPGCC
Universidade Regional de Blumenau – FURB – Blumenau/SC – Brasil
sady@unochapeco.edu.br

²Professora no Curso de Ciências Contábeis - ACSA
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ – Chapecó/SC – Brasil
didomenico@unochapeco.edu.br

³Bacharel em Ciências Contábeis - ACSA
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ – Chapecó/SC – Brasil
Hevelynbedin@gmail.com

Resumo

Existem evidências do crescimento em importância dos ativos intangíveis e do interesse empresarial e acadêmico em sua investigação. O objetivo principal deste estudo consiste em analisar o nível de evidenciação das informações obrigatórias exigidas pelo CPC 04 em empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, referente ao exercício de 2011. Como interesse complementar, a investigação pretende verificar se existe relação entre as variáveis independentes do grau de intangibilidade, rentabilidade do patrimônio líquido, tamanho da empresa, crescimento de vendas, nível de governança corporativa e setor econômico, com a variável dependente do nível de evidenciação do ativo intangível. Realizou-se pesquisa descritiva com abordagem quantitativa, por meio de análise documental com base nas demonstrações financeiras padronizadas do ano de 2011. Os resultados demonstram que o maior índice de conformidade foi de 95% e o menor foi de 0% da evidenciação compulsória. O estudo verificou que as variáveis independentes utilizadas explicam 15,7% do nível de evidenciação do ativo intangível, sendo o restante explicado por demais variáveis, não contempladas neste estudo. A variável explicativa que demonstrou relação estatisticamente significativa foi a variável rentabilidade, indicando que empresas com maior rentabilidade apresentam maior nível de evidenciação de seus ativos intangíveis.

Palavras-chave: Ativos intangíveis; CPC 04; Evidenciação.

Abstract

There is evidence of growth in importance of intangible assets and of business and academic interest in investigating such assets. The main purpose of this study is to analyze the level of disclosure of mandatory information required by CPC 04 in Brazilian companies listed on

BM&FBovespa referring to 2011. This research also aims at assessing whether there is a relationship between the independent variables degree of intangibility, return on shareholders' equity, firm size, sales growth, level of corporate governance, and economic sector with the dependent variable disclosure level of intangible asset. It was carried out a descriptive, documentary and quantitative research, based on the standardized financial statements for the year 2011. The results showed that the highest rate of compliance was 95 % and the lowest was 0 % of compulsory disclosure. The study found that the independent variables explain 15.7% of the disclosure level of intangible assets, the remainder being explained by other variables not considered in this study. The explanatory variable that showed a statistically significant relationship was the variable profitability, indicating that companies with higher profitability have higher disclosure level of their intangible assets.

Key-words: Intangible assets; Disclosure; Explanatory factors.

1 Introdução

A convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais de contabilidade ocorreu pela necessidade de adaptação ao cenário mundial vigente, iniciado com mais intensidade a partir da adoção coletiva da União Europeia em 2002. Com a promulgação da Lei nº 11.638/07 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) passou a exigir das empresas brasileiras de capital aberto a adequação das normas internacionais de contabilidade para o exercício iniciado em 2008 e a convergência completa para o exercício de 2010.

A responsabilidade de emitir pronunciamentos específicos para convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade no Brasil coube ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O CPC foi criado em 2005, por meio da Resolução CFC nº 1.055/05, com o objetivo de estudar e preparar a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações, permitindo a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira.

O Pronunciamento Técnico CPC 04 Ativo Intangível (que faz correlação à Norma Internacional de Contabilidade IAS 38) foi aprovado na primeira fase dos trabalhos de convergência em 2008, alterado em 2010 pelo CPC 04 (2010). O objetivo do Pronunciamento Técnico é o de definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis e estabelecer que uma entidade deva reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios especificados no Pronunciamento forem atendidos. O Pronunciamento também especifica como mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas.

Os ativos intangíveis são, na concepção de Iudícibus e Marion (2000), Upton (2001), Kayo (2002), Iudícibus, Martins e Gelbcke (2007), Arrighetti, Landini e Lasagni (2014), ativos de natureza permanente, bens sem composição física, mas que atendem as características de um ativo.

Esses ativos são capazes de gerar benefícios econômicos futuros para a empresa, adquiridos por meio de troca ou desenvolvidos internamente e controlados pela entidade. Estudos clássicos como Stewart (1999) e Lev (2001) apontam que a geração de riqueza nas empresas está diretamente ligada ou relacionada aos ativos intangíveis.

Arrighetti; Landini; Lasagni (2014) argumentam que as evidências empíricas são unânimes em apontar para os ativos intangíveis como recursos de importância fundamental na moderna economia do conhecimento, relatando diversos estudos que indicam a representatividade dos intangíveis: Corrado; Hulten; Sichel (2005) utilizaram uma abordagem baseada nas despesas para estimar o valor total dos ativos intangíveis nos EUA próximo dos 3,6 bilhões de dólares no início dos anos 2000, sugerindo que os ativos intangíveis foram responsáveis por 10% a 20% do crescimento da produção do país durante aquele período; Nakamura (2003) mostra que nos últimos 40 anos os ativos intangíveis como proporção do PIB dos EUA mais do que duplicou, passando de 4,4% para 10%, representando no ano 2000 quase um terço dos ativos corporativos do país; Hulten; Hao (2008) mostram que para as empresas americanas o valor do total dos ativos aumenta em 57% quando as despesas com pesquisa e desenvolvimento e o capital intangível são considerados. Tendências semelhantes foram identificadas em outros países, como Japão (MIYAGAWA; KIM, 2008; FUKAO et al., 2009), Reino Unido (MARRANO; HASKEL; WALLIS, 2009), Finlândia (JALAVA; AULIN-AHMAVAARA; ALANEN, 2007), Holanda (VAN ROOIJEN-HORSTEN; VAN DEN BERGEN; TANRISEVEN, 2008) e Itália (BONTEMPI; MAIRESSE, 2008).

Considerando as exigências de divulgação do CPC 04 (2010) ativo Intangível, elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: qual o nível de conformidade na evidenciação das informações obrigatórias exigidas pelo CPC 04 (2010) - ativo intangível, em empresas brasileiras listadas na BM&FBOVESPA? O objetivo geral do presente estudo consiste em analisar o nível de conformidade na evidenciação das informações obrigatórias exigidas pelo CPC 04, em empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

A contribuição teórica do estudo está relacionada à identificação do nível de atendimento das empresas com negociação pública de ações na divulgação de informações relativas ao ativo intangível e das características institucionais que influenciam no nível de evidenciação das informações relativas à exigência normativa do CPC 04 para os ativos intangíveis.

2 Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis também podem ser designados por alguns sinônimos, como ativos invisíveis ou ativos intelectuais. De acordo com Iudícibus; Martins; Gelbcke (2007, p. 228), “Os

intangíveis são ativos como outros. São agregados de benefícios econômicos futuros sobre os quais uma dada entidade detém o controle e exclusividade na sua exploração”.

De acordo com Kayo (2002, p. 14), “Ativos intangíveis podem ser definidos como um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, interagindo com seus ativos tangíveis (ativo fixo e capital de giro), contribui para a formação do valor das empresas”. Para Lev (2001, p. 5) “o ativo intangível é uma previsão de benefícios futuros que não têm uma materialização física ou financeira (uma ação ou uma obrigação)”.

Upton (2001) define os ativos intangíveis como geradores de benefícios econômicos futuros, para uma empresa, não físicos, adquiridos em função de troca ou ainda desenvolvidos internamente, que tenham vida limitada. Possuem valor de mercado que pertencem ou são controlados pela entidade.

Schmidt; Santos (2002, p. 14) definem ativos intangíveis como “recursos incorpóreos controlados pela empresa capazes de produzir benefícios futuros”. Desta forma, fica evidente que na visão dos autores mencionados, a definição de ativo intangível está ligada àqueles ativos que não se pode ver, tocar, pegar, ou seja, que não tem existência física, apresentando maior grau de subjetividade em sua avaliação. Porém, assim como outros ativos, são capazes de produzir benefícios futuros à empresa.

Existem fatores que criam diferenças entre o valor de mercado das empresas em relação ao seu valor contábil. Autores como Lev (2001) e Schmidt; Santos (2002) relatam que essa diferença de valor vem crescendo nos últimos anos, principalmente em função da relevância assumida pelos ativos intangíveis em relação aos ativos tangíveis na composição patrimonial das empresas, e um dos principais fatores desse crescimento são as ondas de incorporações internacionais, o interesse pela aquisição de marcas famosas, as mudanças tecnológicas e o crescimento do mercado financeiro internacional.

A grande valorização das empresas nos últimos anos, para Kayo; Teh; Basso (2006), está associada ao fato de que grande parcela de seus ativos são intangíveis valiosos, raros, inimitáveis, insubstituíveis, que proporcionam retornos acima da média e, assim, criam e sustentam o valor econômico da organização.

Na percepção de Lev (2001), os ativos intangíveis apresentam duas características: a não rivalidade e a capacidade de escala. Respectivamente, a não rivalidade refere-se à possibilidade dos ativos serem utilizados simultaneamente em diversas formas diferentes, e a capacidade de escala de uso desses ativos torna-se limitada somente pelo tamanho do mercado.

Contabilmente falando, para ser considerado um ativo intangível passível de reconhecimento, é preciso atender as condições do CPC 04 (2010, p. 7): “For separável, ou seja,

puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade” ou “resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações”. Além disso, a norma estabelece que um ativo deva ser reconhecido se (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade e (b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Conforme Reilly; Schweihs (1998), para um ativo intangível ser reconhecido, se torna necessário que apresente características como: ser passível de identificação específica e descrição reconhecível; estar sujeito à existência e proteção legal; estar sujeito ao direito de propriedade privada; haver evidência tangível ou manifestação real de existência do ativo intangível (como contrato específico, licença de uso, documento de registro, entre outros); ter sido criado em um momento identificável ou resultado de evento identificável e estar sujeito a ser destruído ou cancelado em um momento ou evento identificável.

Para a baixa de um ativo intangível, o CPC 04 (2010) estabelece que tal procedimento ocorrerá quando da sua alienação ou quando não mais são esperados benefícios econômicos futuros que possam advir tanto do seu uso quanto da sua alienação, devendo o ganho ou a perda decorrente ser determinado pela diferença entre os proventos líquidos da alienação, se houver, e a quantia escriturada no ativo.

O CPC 04 (2010) trata que a contabilização de um ativo intangível baseia-se na sua vida útil. No caso do ativo intangível ter vida útil definida deve ser amortizado, e quando o ativo intangível tem vida útil indefinida não deve ser amortizado. Há inúmeros fatores que são considerados na apuração da vida útil de um ativo intangível, por exemplo, a utilização prevista de um ativo pela entidade e se o ativo pode ser gerenciado.

A vida útil de um ativo intangível deve levar em consideração a manutenção futura exigida para mantê-lo no nível de desempenho avaliado no momento da estimativa da sua vida útil a capacidade e a intenção da entidade para atingir esse nível, pode ser muito longa ou até indefinida. Conforme o CPC 04 (2010), existem tantos fatores econômicos, quanto fatores legais, influenciando a vida útil dos ativos intangíveis. Os fatores econômicos determinam o período durante o qual a entidade receberá benefícios econômico futuros, enquanto os fatores legais podem restringir o período durante o qual a entidade controla o acesso a esses benefícios. A vida útil a ser considerada deve ser o menor dos períodos determinados por esses fatores.

A evidenciação contábil dos ativos intangíveis é fundamental para a compreensão das atividades organizacionais, bem como, do potencial de desempenho econômico e financeiro das

entidades, em virtude da relevância crescente desses ativos na composição patrimonial das organizações. Um fluxo relevante de estudos tem enfatizado a relação entre os ativos intangíveis e o desempenho da empresa. Analisando o desenvolvimento do capital intelectual e o desempenho dos negócios das empresas, relações significativas foram constatadas por Bontis; Keow; Richardson (2000) na Malásia; Chen; Cheng; Hwang (2005) em Taiwan; Tan; Plowman; Hancock (2007) em Cingapura; Cabrita; Bontis (2008) em Portugal; Maditinos et al. (2011) na Grécia; e Alipour (2012) no Irã. Contudo, outros estudos não conseguiram evidenciar relações significativas entre variáveis de ativos intangíveis e desempenho organizacional. Exemplos são os estudos de Ensslin et al. (2009); Carvalho; Kayo; Martin (2010). Nascimento et al. (2012) analisando empresas brasileiras e Murthy; Mouritsen (2011) em um estudo de caso na Austrália.

O mercado, de forma geral, na avaliação de Rolim, Lemes e Tavares (2010, p. 7) “necessita que as empresas alvo de investimentos apresentem *disclosure* por meio de relatórios financeiros regulares, notas explicativas, relatórios gerenciais com análises e discussões de resultados e documentação exigida por órgãos reguladores”. Para os autores, a evidenciação pode ocorrer para simplesmente atender a legislação ou visando obter a confiabilidade de novos investidores.

Quanto ao *disclosure* de ativos intangíveis, Sveiby (1998) cita estar associado às necessidades internas, para que a empresa possa conhecer, monitorar e tomar medidas corretivas sobre seus intangíveis, e às necessidades externas para uma maior transparência perante os clientes, credores, fornecedores, governo, acionistas e demais *stakeholders*.

Este estudo se concentra na divulgação compulsória de informações sobre ativos intangíveis, em que os critérios específicos são determinados no CPC 04 (2010). Os critérios sintetizados no constructo da pesquisa apresentado no Quadro 2, que balizará o processo de análise da evidenciação praticada pelas empresas investigadas.

Em razão da crescente representatividade dos ativos intangíveis na composição patrimonial das organizações e da relativamente recente incorporação do seu reconhecimento nas práticas contábeis nacionais, o interesse na investigação sobre a divulgação das empresas a respeito de tais informações também desperta destacado interesse.

Colauto et al. (2009) analisaram o conteúdo da evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos Relatórios da Administração (RA) das companhias abertas brasileiras no ano de 2006. Os resultados apontaram que as empresas do Novo Mercado e do Nível 1 que possuem maior valor de mercado tendem a evidenciar mais características intangíveis nos relatórios da administração e as empresas do Nível 2 que possuem maior valor de mercado não evidenciam, de forma expressiva, maior número de características referente aos ativos intangíveis. Isso pode ser decorrente da semelhança entre as empresas quanto à posse de características intangíveis.

Moura (2011) verificou se, empresas de diferentes setores da BM&FBovespa, apresentam maior conformidade com o *disclosure* obrigatório de tais ativos. Os resultados permitiram concluir que entre as empresas de diferentes setores da BM&FBovespa, aquelas com maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de governança corporativa, apresentaram maior conformidade com o *disclosure* obrigatório de tais ativos.

Avelino; Pinheiro; Lamounier (2012) objetivaram apresentar um índice de evidenciação de informações compulsórias sobre ativos intangíveis de empresas listadas na carteira teórica do Ibovespa em 2011, observando os critérios de reconhecimento, mensuração e registro destes ativos conforme especificações do CPC 04 (2010). Os resultados mostraram que a empresa COPEL apresentou o maior índice de evidenciação de ativos intangíveis (88%). Porém, nenhuma das companhias analisadas cumpriu integralmente o que é determinado pelo CPC 04 (2010) em termos de evidenciação compulsória. Além disso, constatou-se que existe relação entre os índices de evidenciação e a variável independente tamanho, relação esta não verificada quando se analisa os anos de constituição das empresas. Em relação ao setor de atuação, não se verificou, na amostra analisada, que empresas inseridas em setores sensíveis tendem a apresentar maiores índices de evidenciação.

Di Domenico; Lavarda; Varela (2012) verificaram os fatores que explicam a evidenciação dos ativos intangíveis das empresas com governança corporativa de capital aberto no Brasil no ano de 2010. O estudo permitiu concluir que a evidenciação do ativo intangível é maior em empresas que possuem maior relação entre o ativo intangível e o ativo fixo, porém não há relação com as demais variáveis do estudo: a rentabilidade, o tamanho da empresa e o crescimento das vendas.

O estudo de Hoffman et al. (2012) teve como finalidade principal buscar uma compreensão geral sobre os intangíveis e os principais tipos conhecidos, efetuando um apanhado sobre os aspectos conceituais, reconhecimento, mensuração e tratamento contábil adotados. A população do estudo compreendeu as empresas do índice IBRX (*International Business Relationships Xchange*) 50 da BM&FBovespa, dentre estas foram analisadas 10 empresas de seguimentos diferentes. Conclui-se, que é evidente que novas classes de ativos intangíveis estão cada vez mais evidenciadas, o que mostra um quadro evolutivo favorável nesse sentido, dando uma visão de que no futuro a contabilidade possa expressar com maior proximidade o real valor de uma empresa, uma vez que os bens intangíveis somam uma parcela muito rica neste contexto.

O estudo da Ernst Young/Fipecafi (2013) com 60 empresas brasileiras indicou que de 2011 para 2012, foi verificado um aumento médio de aproximadamente 11,45% na conta de ativos intangíveis divulgados pelas companhias da amostra. O valor da amortização acumulada aumentou em média 19,01% e o da despesa com pesquisa e desenvolvimento aumentou em média 5,27%.

Com relação aos grupos de contabilização, o maior volume de investimento em ativos intangíveis divulgado em 2012 foi feito em concessões e licenças, seguido pelo *goodwill*, contratos diversos e softwares. As principais movimentações na conta de ativos intangíveis decorreram de aquisição (55 casos), combinação de negócios (11 casos), ativos intangíveis desenvolvidos internamente (3 casos), variação cambial (18 casos), baixas (41 casos), transferências (32 casos), amortização (51 casos), alienação (7 casos) e *impairment* (10 casos).

3 Metodologia

Esta pesquisa está delimitada ao estudo do índice de evidenciação dos ativos intangíveis, observando os critérios de reconhecimento, mensuração e registro desses ativos de acordo com as normas e exigências do CPC 04 (2010) - ativo intangível. O estudo é de natureza descritiva, com procedimento documental e com abordagem quantitativa. A população-alvo compreende as empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa e a amostra intencional não probabilística ficou composta por 50 empresas. A escolha considerou as 5 empresas com maior ativo total de cada setor da BM&FBovespa, correspondente ao exercício de 2011.

O Quadro 1 apresenta a relação das 50 empresas selecionadas para a amostra.

Quadro 1: Amostra da pesquisa.

Utilidade Pública	Bens Industriais	Construção e Transporte	Consumo Cíclico	Consumo Não Cíclico
Cemig Copel CPFL Energia Eletrobrás Neoenergia	Embraer Marcopolo Metal Leve Randon WEG	ALL CCR Cyrela Gol PDG	Dufry Lojas Americanas Magazine Luiza Viavarejo Whirlpool	BRF Foods AMBEV JBS Marfrig Pão de Açúcar/CBD
Financeiro e Outros	Materiais Básicos	Petróleo Gás e Combustíveis	Telecomunicações	Tecnologia da Informação
Banco do Brasil Bradesco Itaú S.A. Itaú Unibanco Santander BR	Braskem CSN Gerdau Usiminas Vale	HRT Petróleo OGX Petróleo Refinaria Manguinhos Petrobrás QGEP Participações	Embratel LF Telecomunicações Telefônica Brasil Telemar Tim	Bematech Itautec Linx Positivo Informática Totvs

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados analisados para a construção do índice de evidenciação dos ativos intangíveis foram extraídos das notas explicativas e das demonstrações contábeis padronizadas relativas ao ano de 2011, divulgados na *homepage* da BM&FBovespa. Optou-se por construir um índice de evidenciação, conforme pesquisa anterior de Moura et al. (2011), baseado nas especificações do CPC 04.

Na composição do índice de evidenciação, estão expostas 21 perguntas, que se traduzem nas exigências do CPC 04 conforme demonstrado no Quadro 2. Conforme o Quadro 2, de forma similar

ao realizado na pesquisa de Moura et al. (2011), para cada questão que o compõe o índice poderia ser atribuída nota 0 ou 1, sendo 0 (zero) em caso da não divulgação pela empresa da informação requerida e nota 1 (um) caso a empresa divulgasse a informação na demonstração contábil ou nota explicativa.

Quadro 2: Índice de evidenciação dos ativos intangíveis.

Dimensão de ativos intangíveis		Perguntas para construção do índice de ativos intangíveis
I- Valor do Intangível/ Amortização	1	Divulgou informações sobre intangíveis separados em classes?
	2	Divulgou o valor de custo do intangível no final do período?
	3	Divulgou a amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no final do período?
	4	Divulgou o valor líquido do intangível no início do período?
	5	Divulgou o valor líquido do intangível no final do período?
	6	Divulgou o valor de custo do intangível no início do período?
	7	Divulgou eventual amortização acumulada no início do período?
	8	Divulgou qual quer amortização reconhecida no período?
	9	Divulgou a vida útil intangível como definida ou indefinida?
II- Vida útil	10	Divulgou os motivos que fundamentam a avaliação e os fatores mais importantes que levaram à definição de vida útil de definida ou indefinida?
	11	Divulgou os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas?
	12	Divulgou os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida?
	13	Divulgou a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída?
III- Conciliação do valor contábil	14	Divulgou informações sobre adições, baixas e transferências indicando separadamente as que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios?
	15	Divulgou informações sobre ativos classificados como mantidos para venda ou outras baixas?
	16	Divulgou informações sobre intangíveis que perderam o seu valor de acordo com o CPC 01?
	17	Divulgou informações sobre realizações de testes de <i>impairment</i> e constituição da provisão de perda, quando aplicável?
	18	Divulgou total de gastos com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesas no período?
IV- Informação adicional	19	Divulgou a descrição de qualquer ativo intangível totalmente amortizado que ainda esteja em operação?
V - Informações recomendáveis/ Não obrigatórias	20	Divulgou breve descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atendem aos critérios de reconhecimento do CPC 04 (2010) ou porque foram adquiridos ou gerados antes de sua entrada em vigor?
	21	Realizou a separação das classes em menores (maiores) caso resulte em informação mais relevante para os usuários das demonstrações?

Fonte: Adaptado de Moura et al. (2011); CPC 04 (2010)

O Quadro 3 demonstra as variáveis explicativas e as unidades de medida utilizadas no estudo.

Quadro 3: Fórmula das variáveis.

Variáveis independentes	Unidade de Medida	Fonte
Tamanho do Intangível	Intangível / Ativo Fixo	Economática [®]
Rentabilidade	Lucro Líquido / Patrimônio Líquido	Economática [®]
Tamanho da Empresa	Logaritmo natural (Ln) das Vendas	Economática [®]
Crescimento Vendas	Vendas 2011 - Vendas 2010	Economática [®]
NGC	Nível de Governança Corporativa	BM&FBovespa
Setor Econômico	Utilidade Pública: 1; Demais: 0	BM&FBovespa

Fonte: Adaptado de Di Domenico, Lavarda e Varela (2010).

O Quadro 3 demonstra que para obter a variável tamanho do intangível, foi necessário dividir o valor do intangível pelo valor do ativo fixo da empresa. Para a variável rentabilidade, realizou-se a divisão do valor de lucro líquido pelo valor do patrimônio líquido da empresa. Para obter a variável de tamanho da empresa utilizou-se o logaritmo natural do valor de vendas do ano de 2011. E a variável crescimento de vendas considerou o resultado da subtração do valor das vendas 2011 menos vendas 2010.

Para as variáveis do NGC e setor econômico realizou-se a coleta das informações na classificação setorial das empresas e fundos negociados na BM&FBovespa, disponível na *homepage* da entidade. Para a variável NGC, utilizou-se 1 para as empresas com nível de governança corporativa e 0 (zero) para as demais.

Em relação a variável setor econômico, optou-se por utilizar 1 para as empresas pertencentes ao setor utilidade pública e 0 (zero) para as empresas pertencentes aos demais setores econômicos. Assim, espera-se que as empresas pertencentes aos níveis diferenciados de governança corporativa e do setor de utilidade pública evidenciem mais as informações exigidas pelo CPC 04 do que as demais. Na sequência, para realizar a análise dos dados utilizou-se da técnica de regressão linear multivariada, por meio do pacote estatístico SPSS[®].

4 Análise e interpretação dos resultados

Os resultados expostos advêm da análise feita do nível de conformidade na evidenciação das informações exigidas pelo CPC 04 e das relações entre a variável dependente denominada nível de evidenciação com as variáveis explicativas de rentabilidade, tamanho da empresa, crescimento, nível de governança corporativa, grau de intangibilidade, nível de governança corporativa e setor econômico.

Primeiramente, para obter a variável nível de evidenciação, foi elaborado o índice de evidenciação do ativo intangível, em observância às exigências do CPC 04 (2010) e conforme constructo apresentado no Quadro 2, pela análise das informações divulgadas nas notas explicativas, no balanço patrimonial e demonstração de resultado de cada empresa. A Tabela 1 apresenta o nível de evidenciação percentual das informações relativas ao ativo intangível de cada empresa investigada.

Tabela 1: Grau de evidenciação das informações dos ativos intangíveis (em %).

Empresas	%	Empresas	%	Empresas	%
Refinaria de Petróleo Manguinhos	0,00%	Itaú Unibanco	71,43%	Vale	80,95%
Eletrobrás	9,52%	Braskem	71,43%	Randon	80,95%
Positivo Informática	19,05%	HRT Petróleo	71,43%	Marfrig	80,95%
Gerdau	33,33%	QGEP Participações	71,43%	Cia Sid. Nacional	80,95%
Gol	47,62%	Telefônica Brasil	71,43%	Usiminas	80,95%
OGX Petróleo	52,38%	ALL América Latina Logística	76,19%	Itautec	80,95%
Metal Leve	57,14%	Cyrela Realty	76,19%	Telemar	80,95%
Whirlpool	57,14%	PDG Realty	76,19%	Viavarejo	85,71%
Copel	61,90%	Petrobrás	76,19%	CCR	85,71%
Weg S.A.	61,90%	Neoenergia	76,19%	BRF Foods	85,71%
Cia de Bebidas – Ambev	61,90%	Embraer	76,19%	LF Telecomunicações	85,71%
JBS	61,90%	Pão de Açúcar - CBD	76,19%	Magazine Luiza	90,48%
Dufry	61,90%	Embratel	76,19%	Santander	90,48%
Linx	61,90%	Tim	76,19%	Cemig	90,48%
Totvs	71,43%	Marcopolo	80,95%	Bematech	94,24%
CPFL Energia	71,43%	Bradesco	80,95%	B. Brasil	95,24%
Lojas Americanas	71,43%	Itaú	80,95%		

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a Tabela 1, percebe-se que entre as 50 empresas, o Banco do Brasil S.A. apresentou o maior índice de evidenciação de ativos intangíveis, com 95% de conformidade em relação ao CPC 04 (2010), considerando as informações disponíveis em suas notas explicativas, balanço patrimonial e demonstração de resultado. Nota-se que nenhuma empresa auferiu 100% de conformidade com o volume de informações requeridas, resultado em linha com os achados de Avelino; Pinheiro; Lamounier (2012), neste quesito.

Percebe-se também que o menor índice de evidenciação de informações relativas aos ativos intangíveis foi apresentado pela empresa Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A. que não cumpriu com nenhuma das obrigações exigidas pelo CPC 04 (2010), mas divulgou valores na rubrica intangível em seu balanço patrimonial.

A Tabela 2 apresenta o nível médio (em %) de evidenciação do ativo intangível por segmento econômico da BM&FBovespa do ano de 2011.

Tabela 2: Grau médio da evidenciação dos ativos intangíveis por setor (em %).

Segmento	Nº empresas 2011	%
Petróleo, Gás e Combustíveis	5	54,28
Utilidade Pública	5	61,98
Tecnologia da Informação	5	65,71
Materiais Básicos	5	69,52
Bens Industriais	5	71,43
Construção e Transporte	5	72,38
Consumo não Cíclico	5	73,33
Consumo Cíclico	5	77,38
Telecomunicações	5	78,09
Financeiro e Outros	5	83,81
Total	50	Média 70,78

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se pelos resultados da Tabela 2, que o setor que mais evidenciou informações de seus ativos intangíveis em relação às obrigações compulsórias do CPC 04 (2010) foi o setor Financeiro e Outros, composto nesta amostra pelo Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander e Itaú Unibanco, que em média, evidenciaram 83% das obrigações compulsórias exigidas pelo CPC 04.

O segundo maior índice de evidenciação (78%) foi apresentado pelo segmento de telecomunicações, composto pelas empresas Embratel, Tim, Telemar, LF Telecomunicações e Telefônica Brasil. Em terceiro lugar, o segmento que mais evidenciou foi o de consumo cíclico, composto pelas empresas Dufry, Lojas Americanas, Magazine Luíza, Viavarejo e Whirlpool.

Em penúltimo lugar, como setor que menos evidenciou seus ativos intangíveis foi o setor utilidade pública com 61,98%, composto pelas empresas Eletrobrás, Copel, Cemig, CPFL Energia e Neoenergia. Com 54% de conformidade, no último lugar figura o setor de Petróleo, Gás e Combustíveis, composto pelas empresas Petrobrás, OGX Petróleo, HRT Petróleo, QGEP e Refinaria de Petróleo Manguinhos. Este setor sofreu a influência da empresa Refinaria de Petróleo Manguinhos, que não evidenciou nenhuma das obrigações exigidas pela norma. Os demais setores ficaram em posições intermediárias, com níveis de evidenciação entre 65 e 77%.

Na Tabela 3, apresenta-se o resumo das evidenciações de cada item do índice de evidenciação de ativos intangíveis, detalhando a quantidade de empresas que divulgaram as informações em cada um dos componentes do *check List*, bem como, a porcentagem equivalente.

Tabela 3: Resumo de evidenciações por item.

Item de evidenciação	Possível	Evidenciado	Percentual	Item de evidenciação	Possível	Evidenciado	Percentual
1	50	43	86%	12	50	45	90%
2	50	41	82%	13	50	16	32%
3	50	40	80%	14	50	39	78%
4	50	44	88%	15	50	29	58%
5	50	32	64%	16	50	45	90%
6	50	34	68%	17	50	37	74%
7	50	43	86%	18	50	25	50%
8	50	47	94%	19	50	4	8%
9	50	46	92%	20	50	3	6%
10	50	37	74%	21	50	42	84%
11	50	45	90%				

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, a partir da análise da Tabela 3, que nenhum item foi divulgado por todas as empresas. Verifica-se que o item mais evidenciado foi o número 08, que trata da divulgação da amortização reconhecida no período, em que 47 das 50 empresas investigadas evidenciaram, ou seja, 94% divulgaram a informação requerida. Em seguida, o mais evidenciado foi o item 09, que trata da divulgação da vida útil intangível como definida ou indefinida, observado em 46 empresas e atingindo 92% de evidenciação.

As informações menos divulgadas foram às relacionadas aos itens 19 e 20, com 8% e 6% respectivamente de percentual de evidenciação da informação. O item 19 trata da divulgação de item de ativo intangível totalmente amortizado, que ainda esteja em operação e o item 20 trata da divulgação da breve descrição de ativos intangíveis, significativos controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atendem aos critérios de reconhecimento do CPC 04 ou porque foram adquiridos ou gerados antes de sua entrada em vigor.

Para análise adicional do percentual de evidenciação, a Tabela 4, demonstra as faixas percentuais em que cada item de evidenciação se enquadrou.

Tabela 4: Faixa percentual de evidenciação por item.

Faixa de evidenciação (em %)	Itens do índice de evidenciação
De 0 até 20	19 e 20
Mais de 20 até 40	13
Mais de 40 até 60	15 e 18
Mais de 60 até 80	3, 5, 6, 10, 14 e 17
Mais de 80 até 100	1, 2, 4, 7, 8, 9, 11, 12, 16 e 21

Fonte: Dados da pesquisa.

Destaca-se na Tabela 4 que a faixa com o maior número de itens de evidenciação foi aquela entre 80% a 100%, com 10 itens (47,6%). Em seguida, na faixa entre 60% a 80%, nota-se 6 itens evidenciados (28,6%). Nas faixas entre 40% a 60% e de 0% a 20% constam dois itens do índice de evidenciação (9,5%) e a faixa entre 20% a 40% apresentou um item (4,8%). Os resultados indicam que o nível de atendimento é apenas razoável, em que se podem observar determinados itens com nível muito pequeno de atendimento.

Conforme mencionado anteriormente, foram consideradas no estudo as seguintes variáveis: índice de evidenciação de informações compulsórias sobre o ativo intangível (variável dependente) e tamanho do intangível, crescimento de vendas, rentabilidade, tamanho da empresa, nível de governança corporativa e setor econômico como variáveis explicativas.

A Tabela 5 demonstra a estatística descritiva das variáveis com natureza quantitativa.

Tabela 5: Estatística descritiva das variáveis.

Medidas	Nível de Evidenciação do Intangível (%)	Tamanho do Intangível	Tamanho da Empresa	Crescimento de Vendas	Rentabilidade do PL
Média	70,78	2,55	22.843.965,65	3.934.509,58	0,08
Mediana	76,19	0,64	7.657.736,50	938.639,50	0,09
Desvio Padrão	19,75	5,03	40.422.761,58	6.804.680,43	0,13
Mínimo	0,00	0,03	9.937,00	-1.572.393,00	-0,34
Máximo	95,24	26,75	244.176.142,00	32.334.251,00	0,40

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados da Tabela 5 revelam que a média de evidenciação obrigatória do ativo intangível das empresas é de 70,78% e a mediana observada foi de 76,19%. O desvio padrão, que indica a dispersão individual em relação ao nível médio do conjunto investigado, ficou em 19,75%.

O percentual máximo de evidenciação foi de 95,24%, e o mínimo de 0%. Os valores máximos e mínimos nas demais variáveis também demonstrou elevada oscilação, contribuindo para os níveis de desvio padrão em relação à média.

A Tabela 6 mostra a estatística descritiva do índice de evidenciação obrigatória do CPC 04 (2010), dividida em dois grupos, separados pelos resultados da mediana da Tabela 5.

Tabela 6: Estatística descritiva dos índices de evidenciação obrigatória

Variáveis	Grupos	Quantidade	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão
Evidenciação Obrigatória do Intangível	1	22	0	71,42	55,41	61,90	0,21
	2	28	76,19	95,24	82,14	80,95	0,05
Total de Empresas		50	0	95,24	70,38	76,19	19,75

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Tabela 6, o grupo 1 contém as empresas com índices de evidenciação até o valor da mediana e o grupo 2 com as empresas que apresentaram percentuais acima da mediana. No índice de evidenciação obrigatória do intangível a mediana ficou em 76,19%, sendo que 22 empresas situaram-se abaixo da mediana e 28 acima dela. Nota-se que o desvio-padrão do segundo grupo é consideravelmente menor que do grupo 1, ou seja, o grupo de empresas com maior percentual de evidenciação possuem menor diferença entre si, na média.

A Tabela 7 mostra os resultados da regressão linear múltipla com a relação entre as variáveis explicativas de rentabilidade, tamanho, crescimento, nível de governança corporativa, grau de intangibilidade e setor econômico com o nível de evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis (variável dependente).

Tabela 7: Resultados do modelo

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	t	Valor-P	VIF
Constante	0,391	0,311	1,257	0,216	
Intangibilidade	0,001	0,006	0,131	0,896	1,128
Rentabilidade	0,465	0,211	2,200	0,033	1,084
Tamanho da empresa	-0,024	0,039	-0,606	0,547	1,484
Crescimento	0,041	0,032	1,296	0,202	1,350
NGC	0,044	0,062	0,701	0,487	1,055
Setor Econômico	-0,096	0,094	-1,016	0,315	1,076

F: 1,334
 Valor p: 0,263
 R²: 0,157

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 7 indica que não há presença de relação estatisticamente significativa entre as variáveis independentes (rentabilidade, tamanho, crescimento, nível de governança corporativa, grau de intangibilidade e setor econômico) com a variável independente utilizada (evidenciação). O resultado se coaduna com o estudo de Di Domenico, Lavarda e Varela (2012) que não encontrou

relação entre a rentabilidade, o tamanho da empresa e o crescimento das vendas com o nível de evidenciação.

O R^2 ajustado indica o poder explicativo das variáveis independentes em relação a variável dependente (HAIR et al., 2009), ou seja, rentabilidade, tamanho, crescimento, nível de governança corporativa, grau de intangibilidade e setor econômico explica 15,7% do nível de evidenciação, sendo o restante explicado por outras variáveis ausentes no modelo. O teste Kolmogorov-Smirnov indicou que todos os dados estão distribuídos de forma normal e o teste Durbin-Watson apresentou índice de 1,937, o que indica a normalidade dos resíduos e a não existência de autocorrelação dos resíduos.

Quanto as variáveis independentes, de forma individual, a única que apresentou relação estatisticamente significativa com o grau de evidenciação foi rentabilidade, ao nível de 5%, indicando que no conjunto total das empresas, aquelas com maior rentabilidade apresentam níveis maiores de evidenciação dos ativos intangíveis.

As variáveis de crescimento, nível de governança corporativa e grau de intangibilidade apresentaram relação positiva, conforme o esperado, porém estatisticamente sem significância. Estes resultados indicam que quanto maior o nível de crescimento, quanto maior o nível de governança corporativa e quanto maior o grau de intangibilidade, maior a perspectiva de evidenciação de ativos intangíveis.

A relação positiva, ainda que não significativa estatisticamente, entre o nível de governança corporativa e o nível de evidenciação acompanha os resultados obtidos por Colauto et al. (2009) e Moura (2011), além de atender os pressupostos de composição dos níveis diferenciados de governança pela BM&FBovespa. Do mesmo modo, a relação observada no estudo entre as empresas com maiores proporções de ativos intangíveis sobre o ativo total com maior conformidade no *disclosure* obrigatório de tais ativos encontra reciprocidade nos estudos de Moura (2011) e de Di Domenico, Lavarda e Varela (2012).

A variável de tamanho apresentou relação negativa com o índice de evidenciação dos ativos intangíveis, contudo sem significância. Isto representa que quanto maior o tamanho da empresa, menor o grau de evidenciação apresentado. O resultado é diferente do esperado, pois empresas com tamanho maior tem condições de possuir sistemas de controles internos mais apurados e por consequência, maior evidenciação, a exemplo do constatado por Avelino, Pinheiro e Lamounier (2012).

A variável de setor econômico apresentou relação negativa com o índice de evidenciação dos ativos intangíveis, contudo sem significância. Considerando que foi utilizada variável dummy sendo 1 para as de utilidade pública e zero para as demais, isto representa que as empresas de

utilidade pública evidenciaram menos informações sobre ativos intangíveis que as demais, na média, diferente do esperado.

5 Conclusões

Este estudo teve como objetivo principal analisar o nível de evidenciação das informações sobre os ativos intangíveis evidenciados pelas cinco maiores empresas por segmento, considerando o ativo total, somando 50 empresas listadas na BM&FBovespa no ano de 2011. Na análise do índice de evidenciação de informações compulsórias sobre os ativos intangíveis, identificou-se que a empresa que mais evidenciou seus ativos intangíveis foi o Banco do Brasil S.A., componente do setor financeiro e outros, com 95% de evidenciação. A empresa que menos evidenciou seus ativos intangíveis foi a empresa Refinaria de Petróleos Manguinhos S.A. do setor de petróleo gás e combustíveis, com 0% de evidenciação.

O setor que mais evidenciou seus ativos intangíveis foi o setor financeiro e outros com a média de 83% e o setor que menos evidenciou seus ativos intangíveis foi o de petróleo gás e combustíveis, com média de 54%, influenciados, respectivamente, pelas empresas com maior e menor grau de evidenciação.

Verificou-se que dentre os 21 itens do *check list* utilizado para construir o índice de evidenciação dos ativos intangíveis, o mais evidenciado pelas 50 empresas da amostra refere-se à divulgação da amortização reconhecida no período, atendido por 94% da amostra. Constatou-se que o item menos evidenciado pelas empresas corresponde à divulgação da descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atendem aos critérios de reconhecimento do CPC 04 (2010), ou porque foram adquiridos ou gerados antes da sua entrada em vigor, presente nas divulgações de apenas 3 empresas (6%).

Em relação aos fatores determinantes do nível de evidenciação, analisando as variáveis explicativas utilizadas, conclui-se que as mesmas explicam 15,7% do nível de evidenciação das empresas que compõem a amostra deste estudo, sendo o restante explicado por outras variáveis ausentes no modelo.

Os resultados com relação ao conjunto de variáveis explicativas, rentabilidade, tamanho da empresa, crescimento, nível de governança corporativa, grau de intangibilidade e setor econômico, demonstraram que a única relação estatisticamente significativa com o grau de evidenciação do ativo intangível foi da variável rentabilidade, ao nível de 5%, indicando que as empresas com maior rentabilidade apresentam maior nível de evidenciação.

Considerando-se que o CPC 04 integrou a primeira parte das normativas publicadas no processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade, em 2008, pode-se concluir pelos resultados obtidos na amostra investigada das maiores empresas de cada segmento com negociação na BM&FBovespa, que o nível de conformidade com as exigências normativas é apenas razoável.

Além do esforço das entidades normativas e dos organismos reguladores, os preparadores das demonstrações contábeis e as empresas de auditoria ainda possuem o desafio de elevar o grau de conformidade com as exigências da normativa estudada neste artigo.

Referências

- ALIPOUR, M. The effect of intellectual capital on firm performance: an investigation of Iran insurance companies. **Measuring Business Excellence**, v. 16, n. 1, p. 53–66, 2012.
- ARRIGHETTI, A.; LANDINI, F.; LASAGNI, A. Intangible assets and firm heterogeneity: evidence from Italy. **Research Policy**, v. 43, p. 202-213, 2014.
- AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. **RCO**, v. 6, n. 14, p. 23-45, 2012.
- BONTEMPI, M. E.; MAIRESSE, J. **Intangible capital and productivity: an exploration on a panel of Italian manufacturing firms**. NBER Working Paper Series, nº 14108, 2008.
- BONTIS, N.; KEOW, W. C. C.; RICHARDSON, S. Intellectual Capital and Business Performance in Malaysian Industries. **Journal of Intellectual Capital**, v. 1, n. 1, p. 85-100, 2000.
- BRASIL. **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei n.6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende as sociedades de grande porte disposições relativas a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 29 out. 2012.
- CABRITA, M. R.; BONTIS, N. Intellectual capital and business performance in the Portuguese banking industry. **International Journal Technology Management**, v. 43, n. 1-3, 2008.
- CARVALHO, F. M.; KAYO, E. K.; MARTIN, D. M. L. Tangibilidade e intangibilidade na determinação do desempenho persistente de firmas brasileiras. **RAC**, v. 14, n. 5, p. 871-889, 2010.
- CHEN, M. C.; CHENG, S. J.; HWANG, Y. An empirical investigation of the relationship between intellectual capital and firms' market value and financial performance. **Journal of Intellectual Capital**, v. 6, n. 2, p. 159-176, 2005.
- COLAUTO, R. D.; NASCIMENTO, P. S.; AVELINO, B. C.; BISPO, O. N. A. Evidenciação de Ativos Intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 20, n. 1, p. 142-169, 2009.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento técnico CPC 04 R1 - Ativos Intangíveis**. 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- CORRADO, C.; HULTEN, C.; SICHEL, D. Measuring capital and technology: an expanded framework. In: CORRADO, C.; HALTIWANGER, J.; SICHEL, D. (Eds.). **Measuring capital in the new economy**. National Bureau of Economic Research Studies in Income and Wealth, v. 65. University of Chicago Press, 2005.

DI DOMENICO, D.; LAVARDA, C. E. F.; VARELA, P. S. Fatores determinantes da evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis das empresas com governança corporativa listadas na Bovespa. *In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS – SIMPOI, XV, 2012, São Paulo. Anais...* São Paulo, 2012.

ENSSLIN, S. R.; COUTINHO, I. G.; REINA, D.; ROVER, S.; RITA, C. O. Grau de intangibilidade e retorno sobre investimentos: um estudo entre as 60 maiores empresas do índice Bovespa. **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 8, p. 101-118, 2009.

FUKAO, K.; MIYAGAWA, T.; MUKAI, K.; SHINODA, Y.; TONOIGI, K. Intangible Investment in Japan: measurement and contribution to economic growth. **Review of Income and Wealth**, v. 55, n. 3, p. 717-736, 2009.

HOFFMAN, Gregorio; GUTH, Sergio Cavagnoli; MOTTA, Marta Elisete Ventura da; MARTINIGUI, Maria Teresa. Estudo analítico do tratamento dos ativos intangíveis para uma amostra de companhias de capital aberto. **Revista GEINTEC**, v. 3, n. 1, p.48-67, 2012.

HULTEN, C. R.; HAO, X. **What is a company really worth?** Intangible capital and the ‘market to book value’ puzzles, NBER Working Paper Series, n. 14548, 2008.

HAIR, F.J.; BLACK, W. C.; BABIN, B.; ANDERSON, R. E.; TATHAN, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

JALAVA, J.; AULIN-AHMAVAARA, P.; ALANEN, A. **Intangible capital in the finnish business sector 1975-2005**. Pellervo Economic Research Institute, Working Papers n° 100, 2007.

KAYO, E. K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível intensivas**. Tese (Doutorado em Administração) - Departamento de Administração da Faculdade de Economia - Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - São Paulo, 2002.

_____.; TEH, C. C.; BASSO, L. F. C. Ativos Intangíveis e estrutura de capital: a influência das marcas e patentes sobre o endividamento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 41, n.2, p.158-68, 2006.

LEV, B. Intangibles: management, measurement, and reporting. Washington: **Brookings Institution Press**, 2001.

MADITINOS, D.; CHATZOUDES, D.; TSAIRIDIS, C.; THERIOU, G. The impact of intellectual capital on firms' market value and financial performance. **Journal of Intellectual Capital**, v. 12, n. 1. p. 132-151, 2011.

MARRANO, M. G.; HASKEL, J.; WALLIS, G. What happened to the knowledge economy? ICT, Intangible investment, and Britain's productivity record revisited. **Review of Income and Wealth**, v. 55, n. 3, p. 686-716, 2009.

MIYAGAWA, T.; KIM, Y. Measuring organization capital in Japan: an empirical assessment using firm-level data. **Seoul Journal of Economics**, v. 21, p. 169-193, 2008.

MURTHY, V.; MOURITSEN, J. The performance of intellectual capital: Mobilising relationships between intellectual and financial capital in a bank. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 24, n. 5, p. 622–646, 2011

MOURA, G. D.; DALLABONA, L. F.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Boas práticas de governança corporativa e evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11., 2011. São Paulo - SP. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2011. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos112011/507.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2013.

MOURA, G. D. **Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa: Uma análise de empresas listadas na Bovespa**. 2011. 132 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC, 2011.

NAKAMURA, L. What is the US gross investment in intangibles? (At least) one trillion dollars a year! In: HAND, J.; LEV, B. (Eds.). **Intangible assets**. Oxford University Press, New York, 2003.

NASCIMENTO, E. M.; OLIVERIA, M.; MARQUES, V. A.; CUNHA, J. V. A. Ativos intangíveis: análise do impacto do grau de intangibilidade nos indicadores de desempenho empresarial. **Reflexão Contábil**, v. 31, n. 1, p. 37-52, 2012.

REILLY, R. F.; SCHWEIHS, R. P. **Valuing intangible assets**. NY: McGraw-Hill, 1998.

ROLIM, M. V.; LEMES, S.; TAVARES, M. *Disclosure* dos Ativos Intangíveis das Empresas Britânicas Pertencentes ao Índice FTSE 100. **Revista CEPPG – CESUC**, n. 22, p. 95-110, 110.

SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. **Avaliação de ativos intangíveis**. São Paulo: Atlas, 2002.

STEWART, T. A. **Intellectual capital**. New York: Doubleday, 1999.

SVEIBY, K. E. **A Nova Riqueza das Organizações: Gerenciando e avaliando patrimônios de conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAN, H. P.; PLOWMAN, D.; HANCOCK, P. Intellectual capital and financial returns of companies. **Journal of Intellectual Capital**, v. 8, n. 1, 2007, p. 76-95.

UPTON, W. S. Business and financial reporting, challenges from the new economy. **Financial Accounting Series – Special Report**, FASB, USA, abril, 2001.

VAN ROOIJEN-HORSTEN, M.; VAN DEN BERGEN, D.; TANRISEVEN, M. 2008. **Intangible capital in the Netherlands: a benchmark**. Statistics Netherland Discussion Paper nº 08001, 2008.

ERNST & YOUNG/FIPECAFI. **Análises sobre o IFRS no Brasil - Edição 2013**. Disponível em: http://www.ey.com/BR/pt/Issues/IFRS/Guia_IFRS_2013. Acesso em 12 jan. 2014.

Recebido: 23/06/2014

Aprovado: 24/11/2014